

Artigo de Pesquisa.**URBANIZAÇÃO, MORADIA E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA CIDADE DE PARAUAPEBAS, PARÁ****Urbanization, housing and socio-spatial inequality: an analysis from the city of
Parauapebas, Pará**Rodrigo Machado¹, Jovenildo Rodrigues², Rui Fernandes³

¹ Universidade de Coimbra, Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território, Coimbra, Portugal. E-mail. rodrigommluciano@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-8950-0313>

² Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, Brasil. E-mail. jovengeo@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-5650-1168>

³ Universidade Politécnica de Macau, Macau, China. E-mail. rgama@fl.uc.pt

 <https://orcid.org/0000-0002-0610-0200>

Recebido em 12/01/2023 e aceito em 25/09/2023

RESUMO: O limiar do século XXI vem sendo marcado por um acelerado processo de transformações socioespaciais na Amazônia paraense, como produto da urbanização induzida pelo Estado, bem como, pelo avanço da reestruturação urbana e ampliação das desigualdades socioespaciais nas cidades paraenses. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar como vem se configurando as desigualdades socioespaciais na produção da moradia em Parauapebas, a partir dos anos de 2000. O método de investigação consistiu em abordagem embasada no materialismo histórico e dialético. Como procedimentos metodológicos, realizamos levantamento e análise bibliográfica e documental, produção cartográfica, observações sistemáticas qualitativas, registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas com representantes do poder público e com moradores da cidade. Com efeito, os elementos apresentados nesta pesquisa permitem afirmar que os processos de urbanização induzida pelo Estado e reestruturação urbana, vem contribuindo para a ratificação do padrão de desigualdades socioespaciais, com expressões na produção da moradia e habitação na cidade de Parauapebas.

Palavras-chave: Cidade e urbano. Produção da Moradia. Amazônia Paraense.

ABSTRACT: The threshold of the XXI century has been marked by an accelerated process of socio-spatial transformation in the Amazon region of Pará, as a product of urbanization induced by the state, as well as, by the advance of urban restructuring and the widening of socio-spatial inequalities in Pará's cities. In this sense, the present work aims at analyzing how social-spatial inequalities in the production of housing in Parauapebas, have been configured since 2000. The research method consisted of an approach based on historical and dialectic materialism. As methodological procedures, we conducted a bibliographic and documentary survey and analysis, cartographic production, qualitative systematic observations, photographic records, and semi-structured interviews as representatives of public power and with residents of the city. In fact, the elements presented in this research allow us to state that the processes of urbanization induced by the State and urban restructuring have contributed to the

ratification of the pattern of socio-spatial inequalities, with expressions in the production of housing and housing in the city of Parauapebas.

Keywords: City and Urban. Housing Production. Paraense Amazon.

Résumé: Le seuil du XXI siècle a été marqué par un processus accéléré de transformations socio-spatiales dans l'Amazonie du Pará, en tant que produit de l'urbanisation induite par l'État, ainsi que par l'avancement de la restructuration urbaine et l'expansion des inégalités socio-spatiales dans le Pará. villes. En ce sens, le présent travail vise à analyser comment les inégalités socio-spatiales se sont façonnées dans la production de logements à Parauapebas, à partir des années 2000. La méthode d'investigation a consisté en une approche basée sur le matérialisme historique et dialectique. Comme démarches méthodologiques, nous avons réalisé une enquête et une analyse bibliographique et documentaire, une production cartographique, des observations systématiques qualitatives, des relevés photographiques et des entretiens semi-directifs avec des représentants de la puissance publique et avec des habitants de la ville. En effet, les éléments présentés dans cette recherche nous permettent d'affirmer que les processus d'urbanisation induits par l'État et la restructuration urbaine ont contribué à entériner le schéma des inégalités socio-spatiales, avec des expressions dans la production de logements et de logements dans le ville de Parauapebas.

Mots clés: Ville et urbain. Production Maison. Paraense Amazone.

INTRODUÇÃO

O limiar do século XXI constitui momento de profundas transformações nos territórios das cidades globais, sobretudo pelo fato de a globalização ser o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista (SANTOS, 2001). Na escala do território brasileiro há um constante processo de transformação dos territórios, como produto da urbanização induzida pelo Estado, bem como, pelo avanço da reestruturação urbana e da cidade (SPOSITO, 2004) conformando um mosaico de espacialidades e territorialidades urbanorregionais (RODRIGUES, 2015).

Essas transformações em regiões que abrigam grandes empreendimentos se diferenciam das outras configurações territoriais, pela presença de um grande capital articulado a escala internacional. Na escala da Amazônia brasileira, por exemplo, é comum a cidade diretamente atingida por grandes empreendimentos e sua hinterlândia, apresentar um conjunto de problemas que são articulados e dispersos com a presença do capital e dos recursos com ressonância espacial, condicionando novas territorialidades e dinâmicas econômicas dentro de um contexto do espaço urbano caótico.

Os grandes empreendimentos instalados no estado do Pará criaram um conjunto de modificações territoriais e impulsionaram as migrações de pessoas em busca de empregos e melhores condições de vida em várias cidades, a título de exemplo, as cidades de Barcarena, Marabá e Parauapebas, que em seus territórios possuíam atividades ligadas direta e indiretamente aos grandes empreendimentos minerais. A Região de Carajás no sudeste paraense é um desses lócus que atreladas às fontes minerais de ferro principalmente, ferrovia e porto de Itaquí entre o Pará e o Maranhão que intensificaram as migrações e a urbanização das cidades através da presença dos grandes empreendimentos num cenário de avanços e conflitos territoriais que marcaram as configurações socioespaciais das cidades do sudeste paraense.

Na escala do território do sudeste paraense, o município e a cidade de Parauapebas, emancipada no ano de 1988, do então município de Marabá, e que possui em seu território uma das minas de ferro mais importantes do mundo, constitui espaço cujas temporalidades e espacialidades estão vinculadas ao processo de fragmentação político territorial e de formação de um território municipal, como resultado de ações do Estado na estruturação do território paraense. Um município criado em função da exploração minerária conduzida pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje Vale, que estabeleceu a construção de núcleos urbanos na época para abrigar seus funcionários para execução do Projeto Ferro Carajás, o mais importante projeto dentro do Programa Grande Carajás, na década de 1980, e que com suas grandes jazidas de minérios colocam o município com um dos mais importantes no setor mineral do país. Sua dinâmica econômica e urbana, foi um dos fatores da sua fragmentação territorial na criação de novos municípios desmembrados de seu território, como foi o caso de Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte, no início da década de 1990 (PALHETA DA SILVA, 2013).

A cidade de Parauapebas, localizada na região sudeste do estado do Pará, (Figura 1) vem apresentando um conjunto de aceleradas mudanças socioespaciais, vinculadas a urbanização induzida pelo Estado (RODRIGUES; SOBREIRO FILHO; OLIVEIRA NETO, 2018), bem como, pelas atividades mineradoras promovidas pela Companhia Vale, uma das maiores mineradoras do mundo que atua em múltiplas escalas e induz fluxos econômicos, demográficos e espaciais expressivos, elementos estes que reverberam em transformações do território desta “cidade da Mineração” assentes a formação socioespacial da Amazônia, cujas dinâmicas territoriais estavam fortemente vinculadas a ações da corporação Vale, articulando os estados do Pará e do Maranhão no seu corredor da estrada de ferro que transporta além dos minérios, pessoas o ano todo entre os dois estados promovendo novas dinâmicas econômicas e novas territorialidades no cenário rural e urbano amazônico (PALHETA DA SILVA, 2013).

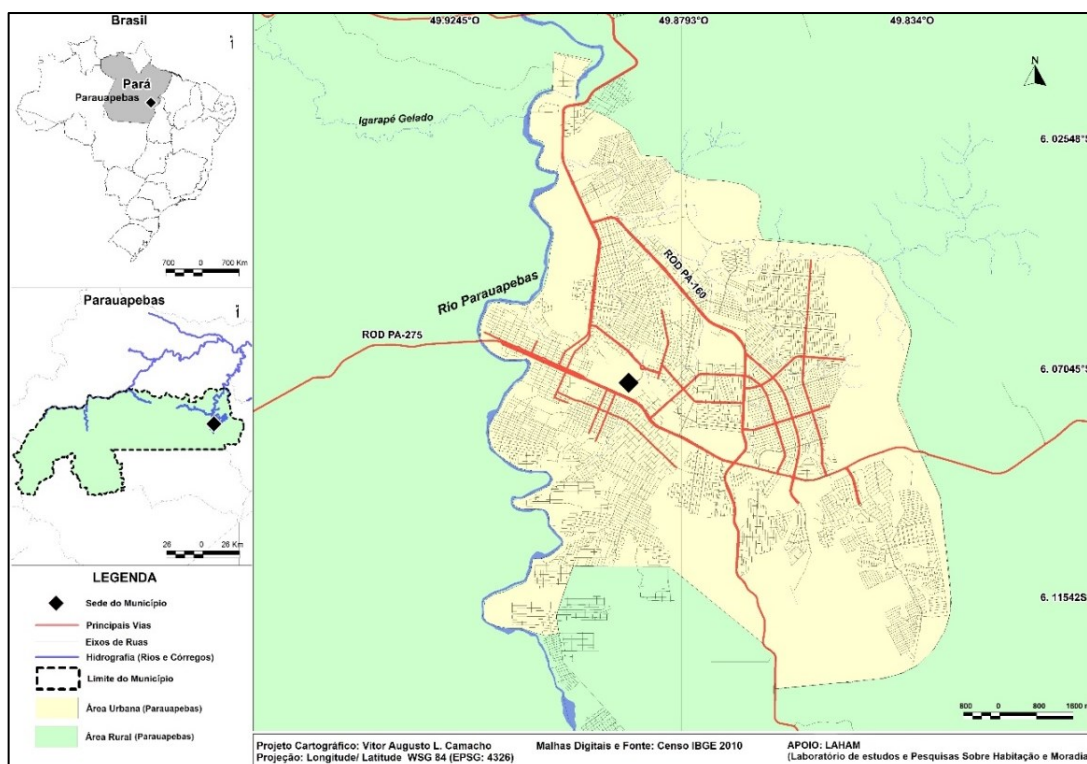


Figura 1. Situação Geográfica do Município e da Cidade de Parauapebas, Pará. **Fonte:** RODRIGUES e MACHADO (2017).

A formação da cidade de Parauapebas tem sua gênese associada à condição de povoado, formado em áreas do município de Marabá, mais sua consolidação se dá especificamente pela descoberta de reserva de minérios em 1967, por pesquisadores da empresa United State Steel (US Steel) (PMSB, 2018). A partir de um acordo para garantia do Governo Federal sobre as terras do minério, a empresa US Steel e a então estatal, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) tornam-se detentoras dos direitos de extração do minério recém-descoberto, acordo este que em seguida é rompido por meio de convenção entre as empresas, e por fim com a CVRD sendo detentora dos direitos totais de exploração de minério (PMSB, 2018).

Entre 1978 e 1979 é dado início a construção do Projeto Ferro Carajás (PFC), e com isto, passam a chegar fazendeiros ao Vilarejo de Parauapebas que adquirem terras do Governo Federal, somado a chegada de madeireiros, garimpeiros e os próprios trabalhadores das obras do PFC. Entretanto, mais adiante em 1981, os primeiros sinais da organização do espaço urbano ocorrem com a construção de um núcleo urbano, na sede do município entre a portaria da Floresta Nacional de Carajás (FLONA) e o igarapé Ilha do Coco, para atender familiares e trabalhadores da CVRD, e a empresa ainda deu início à construção de Escola, Delegacia de Polícia, Hospital Municipal, instalações de Prefeitura e da rede elétrica (PMSB, 2018). Além do referido núcleo para grande parte dos trabalhadores, em meio à floresta foi construído um núcleo para funcionários de maior escalão da empresa, com equipamentos de infraestrutura de padrões mais elevados.

Entre 1981 e 1982, com o intenso deslocamento de garimpeiros para o povoado de Serra Pelada, comerciantes passam a se instalar ao longo da rodovia PA-275, e ao mesmo tempo, inicia-se a construção de alojamentos improvisados desordenadamente constituindo-se o povoado do Rio Verde, hoje um dos maiores bairros da cidade de Parauapebas. Nesta época, a população já ultrapassava os 20 mil habitantes (PMSB, 2018).

A partir de 1986, com a concessão de direito a área de extração mineral a CVRD, ocorre então o início a luta por emancipação política da Vila de Parauapebas, com o episódio chamado “Revolta dos Garimpeiros”, que exigiam a aplicação adequada de recursos para a manutenção e conservação da Vila, somada a problemas de insegurança e descaso em relação às instalações da administração local (PMSB, 2018).

A implementação de atividades da CVRD e o Projeto Ferro Carajás (PFC) propiciou a apresentação de uma nova condição de expansão e desenvolvimento que difere em outros municípios (PALHETA DA SILVA, 2013), pois estas diferenças estão associadas à localização central dos empreendimentos da mineradora em relação ao crescimento dos núcleos urbanos do município. A configuração territorial dos municípios que surgiram com a fragmentação político-territorial de Marabá sofre alterações qualitativas, proporcionadas pelo surgimento de distintos movimentos sociais, que passaram a pressionar o poder político local (PALHETA DA SILVA, 2013). Fato ocorrido em 1987, com fortes tensões políticas, com articulações de lideranças da Vila de Parauapebas e outras lideranças do estado, que fizeram frente para que os vereadores da Câmara Municipal de Marabá mudassem o posicionamento em favor do processo de emancipação da Vila de Parauapebas, e assim, em 10 de maio de 1988 o município de Parauapebas nasce após a realização de plebiscito e sanção do governo do estado.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar como vem se configurando a relação entre urbanização e desigualdades socioespaciais na produção da moradia em Parauapebas, a partir dos anos 2000. A pesquisa em questão justifica-se pela necessidade de análise das dinâmicas urbanas desta cidade paraense, considerando o movimento de reprodução territorial da cidade e as desigualdades socioespaciais no que concerne às condições de moradia.

O presente artigo está subdividido em cinco momentos distintos, porém articulados: um primeiro momento, constituído pela introdução. O segundo momento, apresenta de maneira breve, alguns autores e suas reflexões acerca dos conceitos de urbanização e desigualdade socioespacial. O terceiro momento consiste em abordagem sobre os elementos de formação da cidade de Parauapebas. No quarto momento delineamos algumas reflexões acerca da desigualdade socioespacial e a produção da moradia. O quinto momento será marcado pelas considerações finais, ocasião em que faremos uma síntese das reflexões desenvolvidas ao longo do artigo, bem como, lançaremos pistas para futuras investigações.

MATERIAIS E MÉTODOS

Do ponto de vista da abordagem teórico-metodológica, a análise da mineração e sua relação com o atual processo de reestruturação urbana e produção e reprodução da desigualdade socioespacial na escala da referida cidade paraense requer abordagem relacional e interescalar. A esse respeito, Sposito (2007) ressalta que uma melhor compreensão das cidades pressupõe analisá-las a partir do movimento de relações, sobreposições e articulações entre escalas geográficas, levando em consideração também os aspectos rurais e/ou urbanos. Além disso, a partir da ótica de heterarquia urbana como elemento analítico, pois este conceito, segundo Catelan (2013), propõe pensar a condição das cidades médias na rede urbana como pontos-nós de encontro e articulação de múltiplas escalas.

Sposito (2007) afirma ainda que a construção de olhares que permitam compreender as transformações pelas quais tem passado as cidades nos últimos anos demanda reconhecimento dos papéis que estão associados a tais cidades, isto requer a observação da relação entre cidade e a região. O reconhecimento dessa dinâmica relacional e integradora remete à necessidade de se trabalhar com a análise do espaço intra-urbano e do espaço interurbano articulados entre si e no contexto da rede urbana (SPOSITO, 2004; CORREA, 1987).

Levando em consideração a necessidade de se promover o movimento de articulação entre abordagem teórica e abordagem empírica, optou-se pelo uso das seguintes temáticas: 1) Ramos de atividades econômicas representativas de atuação dos novos agentes econômicos, 2) Dinâmica populacional e mercado de trabalho, 3) Equipamentos de infra-estrutura e 4) Condições de Moradia (SPOSITO et al, 2007). Estas temáticas configuram-se instrumentos metodológicos importantes para se compreender a atual urbanização do espaço amazônico, a relação de produção entre o capital mercantil e os capitais produtivo, financeiro, imobiliário regional e nacional, bem como a reprodução das desigualdades socioespaciais em escala intra-urbana.

A abordagem teórico-metodológica pautou-se em uma análise do movimento de contradições inerentes à produção do espaço urbano, que para Lefebvre (1991) constitui possibilidade analítica importante para uma reflexão acerca do objeto em movimento. Ainda dentro do processo da pesquisa, acionamos os conceitos de urbanização e desigualdade socioespacial, como possibilidade para investigação das dinâmicas urbanas da referida cidade.

Como procedimentos metodológicos, realizamos levantamento e análise bibliográfica e documental, sendo estes da Agência Nacional de Mineração (ANM), Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), Plano de Habitação de Interesse Social de Parauapebas (PLHIS), Cadastro Central de Empresas do IBGE, Plano Municipal de Saneamento Básico de Parauapebas (PMSB), Censos e Estimativas do IBGE, a partir de dados populacionais, migração, PIB per capita e a preços correntes nas escalas do município, região de Carajás, estado do Pará e Brasil. Além disso, produções cartográficas de localização do município e cidade de Parauapebas, bem como a organização de imagens de satélite com base no Google Earth Pro para a combinação com registros fotográficos em locais específicos, observações

sistemáticas qualitativas e entrevistas semiestruturadas com representantes do poder público e com moradores da cidade.

Defendemos a ideia de que o processo de urbanização induzida pelo Estado, e suas reverberações em múltiplas escalas, associado a ações da Vale, vem contribuindo para o aprofundamento das desigualdades socioespaciais na cidade de Parauapebas, expressas nas paisagens urbanas e nas condições de moradia nesta cidade média paraense.

Para além disso, ressaltamos que estes desdobramentos estão diretamente ligados a expansão de negócios e interesses do capital que se articulam para a larga ampliação dos lucros, independentemente dos impactos e alterações que provocarão num dado território, que por sua vez, geram desigualdades socioespaciais em diferentes interfaces. E neste caso, a mineradora Vale induz grande parte deste processo, mas ainda há uma vasta quantidade de companhias terceirizadas que fragmentam e capilarizam este modelo de reestruturação urbana.

O primeiro momento foi direcionado ao levantamento e análise bibliográfica acerca das categorias: urbanização, reestruturação-urbana, reestruturação desigualdades socioespaciais e condições de acesso à moradia. Dentro dessa perspectiva, o aporte técnico-conceitual permitiu algumas reflexões acerca da relação entre urbanização, reestruturação urbana e produção das desigualdades socioespaciais.

O segundo momento da pesquisa constituiu pela realização de levantamento e análise de dados secundários acerca de indicadores demográficos, sócio-econômicos e espaciais.

O terceiro momento consiste na realização de observações sistemáticas qualitativas através de registros fotográficos, para a compreensão das formas espaciais presentes no espaço, atentando para as diversas formas de espacialidades urbanas da cidade. Ainda nesse momento a realização de mapeamento da estrutura atual do município e a estrutura interurbana do município e da cidade, com a utilização de recursos como ARC GIS, para o melhor entendimento da produção dos territórios na escala intra-urbana.

E por fim, em um quarto momento foram realizadas entrevistas com informantes específicos em atividades de campo, para confirmação da coleta de dados secundários, por meio de um roteiro de entrevistas e a elaboração de planilhas e quadros de sínteses, concebidas a partir do levantamento de dados primários e secundários.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entender desigualdades socioespaciais na produção da moradia na cidade de Parauapebas no início do século XXI constitui tema controverso, posto que requer que possamos discorrer, ainda que sucintamente acerca do que se entende por desigualdade socioespacial. A desigualdade constitui termo polissêmico, dotado de múltiplos significados de acordo com o campo de saber disciplinar.

A esse respeito, Moysés Rodrigues (2007), afirma que a desigualdade socioespacial é demonstrada pela existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Ainda para esta autora a desigualdade socioespacial revela-se em paisagens urbanas de cidades cuja diferenciação socioespacial na cidade, onde os conjuntos habitacionais, edificadas e financiados pelo Estado, que se destinam a população de baixa renda, foram construídos em descontinuidade com o tecido urbano, em áreas sem infraestrutura e equipamentos de consumo coletivo.

Para Vila Nova (1982), a desigualdade é considerada um fenômeno universal e manifesta-se em todos os níveis da vida social, e cita a estratificação como uma espécie de desigualdade social. Este processo é evidenciado pela presença da desigualdade independentemente das classes e posições na sociedade, como ainda destaca esta relação com a estratificação social:

Só há estratificação social quando a distribuição desigual e institucionalizada da riqueza, do prestígio, e do poder tem como consequência a formação de extensos setores da população de uma sociedade caracterizados pela homogeneidade de interesses, objetivos, aspirações, oportunidades e estilo de vida, apesar de toda diferenciação entre os seus membros individuais segundo as posições que ocupam e os papéis correspondentes que desempenham (VILA NOVA, 1982, p.26-27).

Nesse sentido, são perceptíveis os resultados da presença da estratificação social baseada em características e interesses totalitários presentes fortemente nos grandes polos urbanos e a contradição do crescimento destes, frente ao grande crescimento mútuo da pobreza e das desigualdades. Toda esta contradição é vista com maior intensidade como expressão da produção social, da dinâmica de transformação e uso do território e dos recursos naturais, na realidade em que vivemos (PENA; FERREIRA, 2014).

Para Carlos (2007), a desigualdade pode ser compreendida como centro explicativo da diferenciação e está condicionada à produção espacial, em sentido real e concreto, nesse sentido, há uma profunda análise desta temática a partir desse sentido real:

O movimento da realidade apreendido como produção socioespacial aponta o sentido da produção da sociedade que se realiza como apropriação/produção do espaço que, por sua vez, será compreendido como condição, meio e produto da realização da sociedade num movimento/momento intrínseco à reprodução social. Significa dizer que a vida se realiza em espaços-tempos reais, sinalizando o fato de que as relações sociais têm uma dimensão espacial e se realizam através dessa e nessa dimensão (CARLOS, 2007, p.50).

Portanto, é indispensável discutir e refletir sobre as novas práticas de produção das desigualdades, confrontando elementos reais e que constituem o vivido e o que se presencia na sociedade.

O livre direito ao uso do que a cidade pode oferecer e à justiça espacial está relacionado às dinâmicas de relações sociais produzidas em determinado espaço,

desse modo, é importante buscar caracterizar a urbanização, levando em consideração ao modo em que se estabelecem a posse e as relações contraditórias e desiguais, no contexto capitalista. O processo de transformação do espaço urbano gera conflitos pautados na desigualdade social na medida em que nem todos os ocupantes da cidade são reconhecidos como atores da produção e reprodução espacial, pois sempre que ocorre algum ordenamento territorial, os habitantes são considerados como usuários dos serviços e equipamentos urbanos, mas não é concebida a sua cidadania pela participação enquanto ator do processo (ROCHA, 2011).

A urbanização pode ser definida de acordo com diversas concepções, e diz respeito a um elemento associado à produção do espaço (LEFEVBRE, 1991) a qual se torna indispensável para a compreensão da dinâmica urbana na cidade de Parauapebas. O desenvolvimento da fronteira urbana pode ser entendido como base logística para o projeto da rápida ocupação da região, política de migração induzida pelo Estado, assim como novos núcleos urbanos foram criados, sobretudo em apoio a projetos de mineração e agropecuária (BECKER, 2001). Esta peculiaridade ocorre pelo avanço de novas atividades econômicas, sobretudo na região sudeste do Pará, com a intensificação dos investimentos nesta localidade.

Para Sposito (2004), a urbanização deve ser compreendida ao se focar as articulações entre espaço e tempo, exigindo a vontade e desafio de analisar as relações entre diferentes ritmos temporais, entre diferentes escalas e supõe que sejam reconhecidas as rupturas temporais e descontinuadas. Nesse sentido, a urbanização é expressa por uma composição de fatores, envolvendo espaço e suas modificações atreladas a distintas práticas realizadas ao longo do tempo. A partir dessas análises podemos também nos apropriar de maneira mais densa às análises sobre a cidade em si, como elemento fundamental para a compreensão inerente a este aspecto.

Ainda segundo Sposito (2004), a urbanização é um processo de longa duração, que se inicia quando surgem as primeiras cidades, e é revelado a partir de diferentes modos de produção, sob diversas formas. Dessa maneira, os fatores e formas da dinâmica de intervenção, são estudados por diversos profissionais, em diferentes áreas, adotando maneiras de ser compreendida de forma particular, levando em consideração o processo de análise da construção dessas dinâmicas (SPOSITO, 2004).

Sposito (2000) enfatiza como o histórico e a trajetória de como surgiram às cidades revelam o atual contexto urbano na seguinte concepção:

[...] Entender a cidade de hoje, apreender quais processos dão conformação à complexidade de sua organização explicam a extensão da urbanização neste século, exige uma volta as suas origens e a tentativa de reconstruir, ainda que de forma sintética, a sua trajetória. Dessa forma, entendemos que o espaço é história e nesta perspectiva, a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas

através dos tempos, engendradas pelas relações que provem estas transformações (SPOSITO, 2000, p.11).

Com efeito, adotamos para nossas reflexões a perspectiva de urbanização concebida por Sposito (2000) para quem o processo de transformação das cidades se dá pelo acúmulo e transformações na sua função, forma e estrutura, o que requer pensar uma interpretação minuciosa da construção social, econômica e política, levando em consideração os diferentes períodos de transfiguração da cidade.

URBANIZAÇÃO NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Conforme Moura; Oliveira; Pêgo Filho (2018) o sistema urbano, partindo da ideia de uma totalidade, é movido por condições e ritmos desiguais, conduzido por diferentes partes que se moldam às mudanças exigidas pela economia e sociedade, e estas motivadas pela inserção regional na divisão social do trabalho, em uma análise acerca das dinâmicas urbano-amazônicas, estes ritmos tendem a ser ainda mais distantes e em posições distintas devido às conexões postas em múltiplas escalas.

O processo de transformações e urbanização no território Amazônico é caracterizado pelas ocupações na região, integrado ao fortalecimento da economia através da extração da borracha. Para Machado (1999), a evolução da economia da borracha conduziu ao aparecimento da estrutura Urbana Primaz onde se evidenciaram as diferenças entre as cidades maiores e o conjunto das menores. Belém se destacou pela população e centralização dos recursos financeiros disponíveis para investimento urbano e Manaus como a segunda maior cidade, responsável pela interiorização das frentes exploradoras de borracha (MACHADO, 1999).

Nesse sentido, no sudeste paraense, o processo de produção e comercialização do látex influenciou decisivamente na formação e consolidação de vilas e cidades no estado do Pará, nos primeiros anos do século XIX (RODRIGUES, 2010). Esta estrutura ocasionou o surgimento da cidade assim como dos grandes contrastes entre o centro, com infra-estrutura, e a periferia com população residindo em casas de palha e madeira (CORREA, 1987). A estrutura sócio-político-institucional excluiu a população de seus benefícios diretos tais como melhor remuneração e diversificação da oferta de emprego, e ainda benefícios indiretos como a presença de equipamentos de uso coletivo, caracterizando uma urbanização incompleta, típica de países periféricos.

O desenvolvimento da fronteira urbana pode ser entendido como base logística para o projeto da rápida ocupação da região, política de migração induzida pelo Estado, assim como novos núcleos urbanos foram criados, sobretudo em apoio a projetos de mineração e agropecuária (BECKER, 2001). Esta peculiaridade ocorre pelo avanço de novas atividades econômicas, sobretudo na região sudeste do Pará, com a intensificação dos investimentos nesta localidade.

Segundo Monte-Mór (1994), em boa parte dos casos, as cidades da Amazônia costumam responder ao que acontece em seus arredores, nas áreas de mineração, desflorestamento e mesmo nas áreas tomadas pela agricultura mecanizada, a lógica

urbana e industrial esteve sempre presente. Assim como em outras partes do país, a urbanização ultrapassa as barreiras das cidades, favorecendo o fomento do meio técnico científico e informacional e pelo apoio da forte presença das relações de produção urbano-industriais, isto pode ser compreendido com auxílio da urbanização extensiva. Nas cidades mineradoras, após a exploração de jazidas, o acentuado crescimento populacional com a eclosão de uma série de incentivos econômicos desafia os formuladores e os gestores de políticas públicas, que muitas vezes não conseguem se organizar para atender de maneira satisfatória as novas demandas sociais e econômicas (CARVALHO, MONTE-MÓR, SATHLES, 2009).

Já para Trindade Júnior (2015) alguns fenômenos como, a maior importância adquirida pelas cidades médias, que passam a obter uma densidade e apresentam dimensões bem maiores, sendo esta uma tendência que acompanha a dinâmica urbana brasileira, a respeito desta particularidade, Trindade Júnior (2015) ainda ressalta que

[...] na Amazônia esse fenômeno é muito presente, principalmente porque esse tipo de cidade só adquire importância na rede urbana após as mudanças ocorridas a partir da década de sessenta, visto que anteriormente uma das principais características da rede urbana amazônica era a quase inexistência de cidades de porte intermediário. (TRINDADE JÚNIOR, 2015, 15925).

Ainda para Trindade Júnior (2015), a partir da ótica relacionada ao ordenamento territorial, em uma urbanização difusa que se verifica regionalmente, para além dos rios e das vias terrestres iniciais de colonização, representa, nesse contexto, a projeção e a difusão do fenômeno urbano em nível espacial mais amplo e mais complexo. Dessa forma, Trindade Júnior (2015) ressalta três modelos de ordenamento territorial, sendo estes os pontos – sendo destacado pelos polos de crescimento - as linhas – destacando-se pelos eixos de integração -, e as zonas – com destaque para a malha socioambiental (TRINDADE JÚNIOR, 2015).

Para Palheta da Silva (2013), a organização econômica do território da mineração, realizada por grandes grupos econômicos, também acarreta problemas na ordem social, pois com a migração e a busca de empregos nos projetos instalados na região amazônica e a busca por melhores condições levam muitas pessoas a locais sem o devido aparato e acomodação para recebê-los. Os territórios potenciais aos grandes empreendimentos geralmente são locais em que a atividade econômica dos projetos das empresas, está articulada à visão holística da ressonância territorial dos conflitos e problemas gerados indiretamente pelos empreendimentos, como é o caso das migrações, que não entram na contabilidade territorial dos projetos, o que por sua vez, são resultados indiretos das ações das empresas, fazendo com que as bordas das cidades sejam verdadeiros bolsões de pobreza das pessoas que migram para esses locais sem, no entanto, serem absorvidas pelos empreendimentos.

A atividade mineradora de ferro, ouro e manganês tem um papel central na economia do município de Parauapebas e na região de Carajás, motivo pelo qual há uma grande execução de projetos e obras de estruturação, além de uma atividade migratória intensa, considerada a maior do estado (PALHETA DA SILVA, 2013). A migração, de

acordo com dados do censo demográfico do IBGE (2010) era representada por 41.221 não residentes no município, o equivalente a 21% do total, entretanto, os números do censo ficam ainda mais representativos quando observamos a região de nascimento dos residentes em Parauapebas (TABELA 1).

Tabela 1. Região de nascimento dos residentes em Parauapebas (2010)

Região de nascimento	Total/Residentes	%
Município	153908	100
Região Norte	72.873	47,34
Região Nordeste	67.906	44,13
Região Sudeste	5.296	3,44
Região Sul	790	0,52
Região Centro Oeste	5.657	3,68
Sem especificação	1.295	0,84
Estrangeiros	92	0,05

Fonte: IBGE (2010).

Na tabela 1, é possível identificar o equilíbrio de residentes provenientes das regiões norte (região local) e nordeste, refletindo a influência direta da atividade mineradora, sobretudo a partir da estrada de ferro de conexão ao porto na cidade de São Luís no estado do Maranhão, e ainda de outros estados da própria região. Além disso, pode-se observar a influência das regiões sul e sudeste, podendo ser relacionada à mão de obra técnica e especializada para serviços na mineradora e empresas conveniadas a este ramo de atividade econômica. Além disso, é importante destacar as interações em rede dos municípios da região de Carajás e do estado do Pará, também induzidas pelas intensas atividades no município.

Segundo Souza; Eid (2013) o crescimento demográfico do município de Parauapebas está ligada a mudanças no espaço amazônico oriundas do poder estatal, as quais, as atenções estão voltadas à modernização da região de maneira a articulá-la ao cenário produtivo nacional e mundial.

Nota-se que os municípios da região do Carajás possuem estrutura urbana diferenciada pelas características de amadurecimento e ocupação territorial, sobretudo vinculada a potencialidade econômica, e relações territoriais que se ramificam e se desdobram em configurações não necessariamente ligadas a metrópole do estado do Pará, estabelecendo um grau de autonomia conduzida pela atividade econômica diferenciada, alterações demográficas e uma nova organização e ordenamento territorial (FERRÃO, 2016).

Alguns elementos podem ser compreendidos no contexto da Rede Urbana, que para Santos (1994), é definida como fluxos de informações hierarquizadas e fluxos de matérias que, promove um mosaico de espacialidades diferentes, diversas e desiguais. Segundo Corrêa (1989), a rede urbana é denominada como o conjunto funcionalmente articulado de centros que se forma na estrutura territorial onde se verifica a criação, apropriação e circulação do valor excedente. A partir das análises de Santos (1994) e Corrêa (1989), é possível denotar que a rede urbana se estabelece

como uma composição desses fluxos que se manifestam a partir de interações contínuas, mas que se moldam a polos de estruturação e (re) organização socioterritorial.

Gradativamente, a população no município ganha destaque pelo acelerado fluxo migratório como resultado da indução de dinâmicas econômicas provenientes da extração de minério, que no ano de 2018, 88% das exportações do Pará correspondiam às Indústrias de Mineração e Transformação Mineral, sendo o principal proveniente da exportação de minério de ferro, predominante no município de Parauapebas, representando US\$ 9,196 bilhões, seguido por cobre, com US\$ 2,064 bilhões, manganês, US\$ 276 Milhões, bauxita, níquel, caulim, ouro, silício (SIMINERAL, 2021). Estas induções de aspecto econômico em relação às dinâmicas populacionais podem ser notadas nos elevados índices de crescimento demográfico em uma comparação com o município, estado e o país (Tabela 2).

Tabela 2. Crescimento Demográfico por Município / Estado / País.

Período	Brasil		Pará		Parauapebas	
	N.º	Δ (%)	N.º	Δ (%)	N.º	Δ (%)
1991	146 825 475		4950060		53335	
1996	156 032 944	6,3	5466141	10,4	63563	19,2
2000	169 799 170	8,8	6192307	13,3	71591	12,6
2007	183 987 291	8,4	7065573	14,1	133298	86,2
2010	190 755 799	3,7	7581051	7,3	153908	15,5
2021	213 317 639	11,8	8777124	15,8	218787	42,2

Fonte: Censos e estimativas do IBGE.

A tabela 2 permite interpretar uma tendência de rápido crescimento demográfico no município de Parauapebas, que aumentou cerca de 114,3% dos anos de 2000 a 2010 (IBGE, 2000, 2010). E a partir dos anos 2010 a 2021 com um salto de mais de 40% representando um acelerado processo de extensão demográfica no município. (Comparação com Pará e Brasil).

Somado a isto, é possível identificar as variações ao longo dos períodos nas diferentes escalas de análise, e no recorte do município de Parauapebas, entre os censos de 1991 e 2000 houve um crescimento em variação de 31,8%, relativamente equilibrado após a constante procura diante das atenções voltadas para a mineração na região nos anos 1980. No entanto, entre os censos de 2000 a 2010, esta variação correspondeu a 101,7%, mais que o triplo dos nove anos anteriores, o que pode ser explicado pelo momento de crescimento econômico regional e nacional.

PRODUÇÃO DA MORADIA E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM PARAUAPEBAS

A cidade de Parauapebas vem passando por um acelerado processo de reestruturação urbana e da cidade, associado ao avanço de agentes econômicos, ao movimento demográfico para o município, sobretudo em relação ao avanço da presença de empresas do terceiro setor econômico. O município de Parauapebas

apresenta uma expansão bastante considerável quando comparado com os demais municípios que compõem a Região de Integração Carajás.

Com relação a aspectos econômicos, na escala do território paraense, o município de Parauapebas assume relevante destaque estando em segundo lugar na produção do PIB per capita (Tabela 3), o que revela um protagonismo expresso principalmente pela produção mineral, apenas ficando atrás do município vizinho, Canaã dos Carajás, e superando a capital Belém e a cidade de Ananindeua na região metropolitana.

Tabela 3. PIB per capita em Canaã dos Carajás, Parauapebas, Marabá, Belém e Ananindeua.

	2014	2015	2016	2017	2018
Canaã dos Carajás	86.600,78	103.425,02	68.749,93	113.504,44	197.137,69
Parauapebas	84.873,43	58.889,51	64.432,25	91.123,18	78.841,15
Marabá	24.561,54	27.875,46	28.049,22	31.662,53	31.920,2
Belém	20.021,36	20.294,41	20.377,62	20.825,79	21.191,47
Ananindeua	11.550,96	12.312,27	13.152,6	13.526,5	14.314,96

Fonte: IBGE / Autor: Machado (2019)

Há um protagonismo e centralidade, onde há uma diversificação em relação a atividades econômicas, sobretudo de origem agrícola e pecuária, e o que se direciona e destaca-se em Parauapebas é a indução da atividade mineradora a outras atividades oriundas da terceirização de serviços de ligação a esta atividade, e também, o gradativo fortalecimento das atividades de comércio e serviços.

Esta configuração ainda se destaca nos três municípios de maior produção de PIB a preços correntes, apesar de variações ocorrerem entre os anos de 2014 e 2018, com um nítido crescimento no município de Canaã dos Carajás devido à extensão da atividade mineradora a este município vizinho a Parauapebas, expressando um forte núcleo de extração mineral envolvendo os três municípios.

Esta (re) configuração marca o processo de reestruturação urbana (SPOSITO, 2007) que está atrelada à desigualdade socioespacial e as dinâmicas de transformação da cidade diante da produção do espaço e dos avanços da globalização, nesse sentido, a reestruturação urbana é baseada na desconcentração populacional e empresarial em direção a novos centros periféricos que passam a se constituir como novas centralidades com poderes econômicos regionais (BERGAMACHI, 2014). Este processo é encontrado e narrado por diversos moradores, como se constatou durante entrevistas nos bairros Vale do Sol, Tropical, Altamira, Jardim Canadá, Vale do sol, VS10 e Primavera, como os que possuem as piores condições de infraestrutura, cada bairro com peculiaridades e desafios estruturais.

A mineradora Vale realiza parcerias com o governo municipal, mas o papel da empresa é de repassar os impostos que chegaram a R\$248.428.467,78 em royalties do minério no ano de 2017 (ANM, 2017), mas não há uma obrigatoriedade em relação a demandas da cidade, pois cabe a gestão pública subsidiar investimentos necessários para implementar iniciativas que atendam as demandas oriundas do inchaço populacional e de compromisso social para a população de Parauapebas.

No bairro Liberdade, o morador Zé Doca, de 57 anos, é desempregado e é enfático ao falar da recente crise econômica, os seus impactos e as perspectivas para o município:

Aqui pode melhorar, mas pouco, não será como antes, antes tinha muito emprego, o prefeito não trabalha direito, o que falta mais é isso... emprego [...] Quero ir para o Maranhão, porque dependo muito da Vale aqui, quero abrir o meu próprio negócio [...] A crise tá afetando muito aqui, supermercados fecharam, o governo não tem dinheiro para as indústrias, a dois anos tá assim. (Entrevista de Campo realizada no dia 21 de junho de 2017).

O presidente da Associação do Comércio, Indústria e Pecuária de Parauapebas (ACIP), Oriovaldo Mateus, em entrevista, sobre as adequações que a cidade passou neste período o mesmo afirma que “[...] um dos seguimentos que mais sofreu foi o da mineração, e teve que se adequar, como no corte de vagas de empregos, revisão dos preços de alguns serviços”. (Entrevista de campo realizada no dia 24 de junho de 2017).

De acordo com dados do IBGE (2021), no segundo trimestre de 2017 a taxa de desocupação estava em 11,4%, comparando ao mesmo período do ano de 2015, a taxa era de 9%. No segundo trimestre de 2021 o estado alcançava 13,3% em nível de desocupação (IBGE, 2021), tendo como nítido reflexo os efeitos da crise pandêmica.

Para além disso, é importante ressaltar que a análise da realidade econômico-espacial não deve-se limitar a uma visão particularizada, ignorando outras dimensões essenciais do fenômeno industrial, posto que, segundo Fernandes (2004), toda a empresa industrial integra-se num contexto mais amplo que pode ser identificado como setor, ramo ou sistema industrial, o que pressupõe pensar para além dos planos produtivo e espacial, rumo a uma dimensão temporal (FERNANDES, 2004). Esta análise está diretamente conectada aos fenômenos de produção na cidade de Parauapebas e como, a partir desse setor econômico incorporado pela mineradora Vale, cria novos laços territoriais e um curto espaço-tempo.

A cidade tem como fronteiras físicas o rio e a Floresta Nacional de Carajás (FLONA), dessa forma, a cidade cresce na direção dos municípios de Curionópolis e Canaã dos Carajás contíguos à Parauapebas. Uma tendência em função do crescimento urbano acelerado e da falta de espaços para novas construções no perímetro urbano.

Ainda é possível identificar uma paisagem urbana marcada por insuficiente acessibilidade a equipamentos e serviços urbanos registradas no bairro Altamira permitindo pensar o processo de reestruturação urbana e suas implicações territoriais na produção desigual do espaço construído, que independentemente desse bairro possuir ou não a estrutura necessária, é criada ali uma nova forma de espacialidade visando promover o processo de valorização do espaço, revelando a influência de camadas sociais em espaços que se moldam a novas dinâmicas urbanas. No mesmo bairro podem-se perceber outras dinâmicas semelhantes, como o Loteamento Alto Bonito no bairro Altamira que possui uma especificidade com relação a verticalização, que só é encontrada nesta localização na cidade (FIGURA 2).

De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Parauapebas, este empreendimento nasceu pela necessidade de reurbanizar o bairro de Alto Bonito, que antes era uma área chamada de “Morro do Chapéu”, por conta das invasões irregulares nesta localidade. (PARAUAPEBAS, 2021). Hoje, o loteamento Alto Bonito possui mais de 1.300 unidades habitacionais, com uma área total construída de 27.876,11m².



Figura 2. Loteamento Alto Bonito no bairro Altamira/Parauapebas. **Fonte:** MACHADO (2017).

A figura 2 permite demonstrar as ações do poder público que contribuíram para a reestruturação da cidade, com a intensificação dos processos de produção da moradia e construção de infraestrutura ainda mais acentuada em alguns pontos da cidade. O jornalista, Luiz Bezerra Mendonça de 42 anos analisa o crescimento da cidade da seguinte forma: “[...] avaliando as últimas gestões e a atual, a cidade cresceu de forma desordenada sempre do centro para fora, ocasionando o surgimento de mini-favelas que são muito presentes na cidade.” (Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017).

Luiz Mendonça relaciona muito desses problemas a não eficiência da relação entre poder municipal e a Vale, enfatizando que a mineradora de certa forma é um mal necessário, pois apesar da extração do minério ocorrer de forma intensa e em sua maior parte estar destinado ao exterior, esta empresa promove o crescimento da cidade e benefício a milhares de pessoas. Mas segundo o jornalista, a empresa não prioriza a compra local e sim em outras regiões. A vinda de outras empresas para o município provocou indução da população rural e atendimento da demanda de emprego, não centralizando apenas na mineradora (ATIVIDADE DE CAMPO, junho de 2017). O jornalista ainda destaca:

[...] 90% das mazelas que a cidade tem é por conta da Vale, ela não retribui a cidade da maneira que deveria ser feito, ela tem que cuidar melhor da casa dela, ela tem que atentar que a maior parte do minério sai dessa cidade, e

precisamos ver o retorno em parceria com o governo municipal, na saúde, educação e segurança [...] Os impactos, sejam ambientais e até estruturais para cidade estão aí para quem quiser ver, mas dificilmente a empresa resolve esses problemas. (Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017).

Com relação aos aspectos econômicos e de moradia, sobretudo no que diz respeito às condições salariais, de acordo com o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Parauapebas (PLHIS, 2013), há uma considerável contribuição para o aumento do déficit por moradia.

A moradia no município é compreendida por uma dinâmica de apresentação de soluções de médio e longo prazo para déficits habitacionais em virtude do aumento populacional acelerado das últimas décadas, que em 2010 chegou a um crescimento estimado de 29%, de 2010 para 2014, de acordo com o censo e estimativas do IBGE. Entretanto, um problema recorrente, com o avanço da urbanização em diversas cidades, também é visível em Parauapebas.

Na Associação dos moradores do bairro dos Minérios, a moradora e conselheira de habitação da (SEHAB) de 34 anos veio com seus pais da cidade de Tucuruí, e relata sobre a implantação e difusão do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na cidade e no bairro, destacando as irregularidades na concessão de casas pelo programa:

Dentro do residencial dos Minérios tem muitas pessoas que conseguem burlar, então a solução é realizar um mapeamento em toda a cidade, das pessoas que realmente precisam, chegam pessoas aqui chorando atrás de uma oportunidade para conseguir a concessão de uma casa, mas tem que comprovar a renda, a localização [...] assim a SEHAB vai poder atuar cem por cento [...] a melhor forma de resolver é começar do zero [...] Pessoas que chegaram ontem já conseguem casa, enquanto as pessoas que estão aqui a mais de três anos ainda estão sem moradia digna, enquanto uns não tem nada, outros têm tudo (Entrevista realizada em 23 de junho de 2017).

Nas áreas do residencial dos Minérios e residencial Vila Nova (Figuras 3 e 4) estão presentes em área que antes era predominante o número de ocupações irregulares em área institucional, onde em 2011 foi realizada a implantação do PMCMV para regularizar e realizar adequações. Conforme a assistente administrativa do Centro de Desenvolvimento Comunitário do bairro, Kelly Leno afirma “[...] estão sendo implantados alguns projetos no bairro, como a horta comunitária que objetivará gerar renda aos trabalhadores que residem no bairro [...] os residenciais não poderiam ter nenhum tipo de comércio, contudo, existem diversos comércios nos residenciais para trazer uma praticidade no consumo dos moradores daqui” (Entrevista em 23 de junho de 2017).



Figuras 3 e 4. Residencial Vila Nova – Parauapebas. **Fonte:** MACHADO (2017).

Percebem-se os padrões das casas semelhantes, característicos do PMCMV, em uma área antes pouco valorizada, agora com a grande oferta de residenciais com uma nova perspectiva para o bairro. Entretanto, conforme Rolnik (2015), a respeito do PMCMV, há uma percepção sobre os efeitos “colaterais” do programa, com um resultado de equações financeiras, a título de exemplo a construção de megaempreendimentos padronizados inseridos nas piores localizações das cidades, isto é, onde o solo é mais barato. Outros casos relacionados ao rumo da direção da “informalização” dos espaços desenhados, em algumas situações observa-se a aglomeração de diversos empreendimentos em uma mesma região formando verdadeiros bolsões de moradia popular, bastante semelhantes às cidades dormitório que foram constituídas pela produção habitacional pública em décadas anteriores (ROLNIK, 2015).

Outros problemas relacionados a esta expansão surgem como o peso de despesas para os moradores, atribuído além da taxa mensal a ser paga pelo domicílio, a taxa de luz e água, são elementos que pesam a estes indivíduos, além do reassentamento em franjas da cidade, empreendimentos ligados ao tráfico de drogas e/ou milícias, como um domínio que se dá tanto territorialmente, através do controle dos espaços coletivos, quanto administrativamente, através do papel exercido pelos síndicos, muitas vezes controlados por tais grupos (ROLNIK, 2015).

CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA URBANA FACE A PRECARIEDADE URBANA

Em Parauapebas, a presença de ocupações informais em palafitas é recorrente, principalmente em áreas de risco de enchente e deslizamento, sobretudo nos meses de setembro e outubro. A maior parte dessas áreas está fora do centro urbano e a população nessas áreas é de baixa renda, e algumas estão próximas ao rio Parauapebas.

No bairro Primavera esta realidade é evidente, como declara a moradora Marlene Ferreira sobre o saneamento no bairro:

Lá no “palafita” (bairro Primavera) nos meses de agosto e outubro, quando dá a enchente, os moradores são remanejados para galpões ou escolas

disponibilizados pela prefeitura [...] teve gente que já perdeu tudo com esses alagamentos nas ocupações[...] lá não tem saneamento básico adequado, até mesmo os conjuntos habitacionais jorram os esgotos na nascente do rio [...] esse é mais um problema que acontece na cidade, as ocupações irregulares, eles (moradores) vão lá, ocupam, tampam os bueiros e depois alaga tudo. (Entrevista no dia 23 de junho de 2017).

É interessante analisar a dimensão da contradição e da desigualdade socioespacial, em meio à instalação intensa da população nas bordas da cidade, ressaltando que estas são formas improvisadas que a população mais pobre encontra para se estabelecer e conviver em um território ocupado por contradições, realidade perversa imposta por uma sociedade desigual em diversos âmbitos (Figura 10).



Figura 5. Condições de saneamento precárias no bairro Primavera – Parauapebas. **Fonte:** MACHADO (2018).

O saneamento neste ponto da cidade é de configuração precária, e o esgoto sanitário é transferido diretamente ao rio, segundo a afirmação do morador Francisco de Assis: “Antigamente aqui era o Riacho Doce, aqui era muito violento, mas os moradores revoltados com isso ocuparam aqui [...] essas casas em palafitas foram construídas de uns oito anos pra cá, é recente ainda” (Entrevista realizada no dia 23 de junho de 2017).

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), em 2017, dos 202.356 habitantes, 182.348 habitantes possuíam acesso a esgotamento sanitário e acesso a água potável, ou seja, aproximadamente 10% da população residente não obtinham tais condições de saneamento (SNIS, 2021), o que

se exemplifica com as entrevistas e registros fotográficos, embora não se apresente um diagnóstico qualitativo acerca do tipo de acesso ao esgotamento sanitário, em alguns pontos circundantes ao centro urbano da cidade é visível esta realidade.

Essa situação é encontrada a poucos quilômetros da portaria da Floresta Nacional dos Carajás, onde estão presentes os principais projetos de extração de minério da Vale, e o Núcleo Urbano de Carajás, com o seu padrão europeu e outra realidade, possuindo até mesmo um hospital de referência na região sudeste do Pará (TRABALHO DE CAMPO, junho de 2017). Tudo isso esmiuçando realidades espacialmente tão próximas e socialmente tão distintas. A segregação urbana se manifesta de maneira singular, como uma forma de exclusão social e de dominação que tem uma dimensão espacial (VILLAÇA, 2011). Por sua vez, “[...] o controle do tempo de deslocamento é a força mais poderosa que atua sobre a produção do espaço urbano como um todo, ou seja, sobre a forma de distribuição da população e seus locais de trabalho, compras, serviços, lazer, etc” (VILLAÇA, 2011, p.56).

Logo, o PMCMV sendo uma ferramenta que atenda a demanda social no que tange a necessidade de domicílios para a população de baixa renda, é possível identificar problemas inerentes à acessibilidade desigual aos equipamentos essenciais necessários para a reprodução social do espaço como hospitais, escolas, espaços de lazer.

Tais elementos permitem identificar problemas associados a dificuldades de deslocamento e localização de empregos são fatores que visivelmente enfatizam o quão profunda e complexa é esta adversidade da crise urbana em Parauapebas. Por sua vez; parafraseando Villaça (2011) para quem a segregação tem sua manifestação na produção das desigualdades socioespaciais; a construção de condomínios verticais e a modernização reunida através da concentração de equipamentos urbanos na área central da cidade simbolizam uma espécie de segregação, constituindo uma importante manifestação espacial-urbana da desigualdade que impera nesta “cidade da mineração”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido, procurou-se abranger diversas análises sobre a ocorrência desses processos urbano-espaciais, os quais desencadearam na conclusão de que a cidade está passando por intensas modificações, as quais são oriundas do resultado de ações estruturantes do Estado e da atividade mineradora. Entretanto, tais transformações ocasionam novas tendências de produção desigual no espaço urbano. Tais elementos inerentes ao processo de reestruturação econômica e da cidade trazem como resultados, um acelerado processo de modernização do território, constituindo um produto, condição e meio para a reprodução desigual do território, em razão das intensas atividades promovidas pela Vale. Estes resultados são evidenciados pelo acelerado crescimento desordenado do espaço urbano em Parauapebas, e estão presentes em problemáticas socioeconômicas, demonstrados pela elevada demanda por moradia, precária infraestrutura, ausência do poder público diante de elevadas demandas sociais. A união de todas essas adversidades e

contradições exhibe uma cidade com interpretações mais profundas sobre a sua realidade, as contradições de uma cidade que deveria ser “rica”, mas que apresenta um espaço marcado por desigualdades socioespaciais quando são analisadas as dinâmicas cotidianas de produção do espaço.

Diante de tais desigualdades e repercussão de novas configurações e de uma reestruturação urbana, reverberam na cidade de Parauapebas mazelas que tendem a se fortalecer devido ao contínuo e histórico processo de formação desta cidade, notadamente marcado por dinâmicas de migração e as precárias condições de preparo para lidar com este processo de aceleradas mudanças, sobretudo no espaço urbano, perpassando e modificando centralidades em escalas local e regional, o que se comprova com os dados econômicos e populacionais que ressaltam com profundidade tais dinâmicas que obtiveram um relevante e acelerado impulsionamento também provenientes de atividades no âmbito global, interferindo em diferentes escalas socioespaciais.

Na presente pesquisa, foram observadas as maneiras como estão inseridos os processos de reestruturação urbana e reestruturação da cidade, mas sobretudo como revelam-se em formas urbanas e as funções relacionadas ao atendimento de demandas por serviços por moradia diante de novos agentes econômicos, ações do Estado e fomento da atividade mineradora, em um debate articulado em várias vertentes para o melhor entendimento desta dinâmica. A cidade é ao mesmo tempo espaço de riqueza e pobreza, sua dinâmica urbana é de uma cidade com aspectos de modernidade e de pobreza extrema. A presença de um grande empreendimento contrasta com a paisagem do caos da periferia, os serviços entre os núcleos urbanos da empresa e da cidade de Parauapebas, também apresentam diferença exorbitantes no espaço geográfico local.

Por conseguinte, as análises que surgiram ao longo da pesquisa, permitiram trazer novas maneiras de observar e interpretar Parauapebas, em ângulos que apresentavam maior carência para entender o que há além da cidade, e manifestar através desta pesquisa as suas múltiplas faces, sobretudo, na caracterização da desigualdade socioespacial e nas condições de moradia na cidade de Parauapebas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão de Bolsa de Iniciação científica (PIBIC), entre os anos de 2016 e 2020, por terem subsidiado os investimentos necessários para a referida pesquisa e os seus resultados. Também agradecemos a parceria entre Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade de Coimbra (UC), pela colaboração na conclusão deste produto. Por fim, agradecemos ao Santander Universidades pelo subsídio e financiamento de Intercâmbio Acadêmico um dos fins que permitiram a conclusão da referida pesquisa.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES



Concepção: Rodrigo Machado e Jovenildo Rodrigues. **Metodologia:** Rodrigo Machado, Jovenildo Rodrigues e Rui Gama. **Análise formal:** Rodrigo Machado, Jovenildo Rodrigues e Rui Gama. **Pesquisa:** Rodrigo Machado e Jovenildo Rodrigues. **Recursos:** Rodrigo Machado, Jovenildo Rodrigues e Rui Gama. **Preparação de dados:** Rodrigo machado e Rui Gama. **Escrita do artigo:** Rodrigo Machado, Jovenildo Rodrigues e Rui Gama. **Revisão:** Rodrigo Machado, Jovenildo Rodrigues e Rui Gama. **Supervisão:** Jovenildo Rodrigues e Rui Gama. **Aquisição de financiamento:** Rodrigo Machado e Jovenildo Rodrigues. Todos os autores leram e concordaram com a versão publicada do manuscrito.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha K. Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do passado e desafios do presente. In: Causas da dinâmica do desmatamento da Amazônia. Brasília, MMA, 2001.
- BERGAMASCHI, Eliza. Urbanização, reestruturação urbana e mudanças na organização espacial da cidade de Lajeado na região do vale do Taquari – RS. 2014. 242 f. Dissertação (Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC), Santa Cruz do Sul, 2014.
- BRASIL, Agência Nacional de Mineração (ANM). Distribuição CFEM do Estado: PA e Ano: 2017. 2017. Disponível em: <https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuicao_cfem_muni.aspx?ano=2017&uf=PA>. Acesso em 13 de outubro de 2021.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação Socioespacial. São Paulo: USP, 2007, p.50.
- CARVALHO, José Alberto de; MONTE-MÓR, Roberto L.; SATHLES, Douglas. As redes para além dos rios na Amazônia brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 39.
- CORREA, Roberto Lobato. A rede Urbana. São Paulo: Editora Ática. 1989, p. 96.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana na Amazônia. Revista Brasileira de Geografia/ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. IBGE. Ano 1, n1, 1987.
- CONSTRUTORA, Amec. Amec Ville Jacarandá. Parauapebas: Portal web, 2021. Disponível em: <<https://amecconstrutora.com.br/index.php/empreendimentos/12-amec-ville-jacaranda>>. Acesso em: 13 de outubro de 2021.
- CATELAN, Márcio José. Heterarquia urbana: Interações espaciais interescales e cidades médias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579834608. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109282>>. Acesso em: 2 de julho de 2023.
- FAPESPA, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. Anuário Estatístico 2021. Belém. 2021. Disponível em

<<http://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2021/>>. Acesso em 18 de setembro de 2021.

FERRÃO, João. Descentralizar, desenvolver, inovar: um olhar sobre o ordenamento territorial. Faro: IX Congresso Português de Sociologia: Portugal, território de territórios – Universidade de Algarve, Faculdade de Economia, 2016. Disponível em: <https://www.associacaoportuguesasociologia.pt/ix_congresso/docs/final/Semi-plenaria_descentralizar,%20desenvolver,%20inovar_Joao%20Ferrao.pdf> Acesso em: 14 de outubro de 2021.

FERNANDES, Rui Jorge Gama. Dinâmicas Industriais, Inovação e Território: Abordagem Geográfica a partir do Centro Litoral de Portugal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cadastro Central de Empresas: Parauapebas. 2019. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/parauapebas/pesquisa/19/29765?tipo=ranking&indicador=29762&ano=2019>>, Acesso em 13 de outubro de 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos do IBGE 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 12 de outubro de 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. 2021. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 de set. de 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 1980-2050 – Revisão 2004 Metodologia e Resultados: Estimativas anuais e mensais da população do Brasil e das unidades da federação: 1980 – 2020 Metodologia Estimativas das populações municipais Metodologia. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisa. 2004. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98581.pdf>>. Acesso em: 14 de outubro de 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama: Parauapebas. 2021. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/parauapebas/panorama>>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%). SIDRA, série histórica por estado. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6468#resultado>> . Acesso em 14 de outubro de 2021.

LEFEBVRE, Henri. The production of space; translated by Donald Nicholson Smith. Cambridge: Edition Anthropos, 1991. Le Droit à La Ville, 1968.

MACHADO, Lia Osório. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro: Caderno 2 PPUR (1), 1999, p. 138.

MONTE-MÓR, Roberto L. Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton et al. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181.

MOYSÉS RODRIGUES, Arlete. Desigualdades socioespaciais: A luta pelo direito a cidade. Presidente Prudente: UNESP, 2007.

MOURA, Rosa. OLOVEIRA, Samara. PÊGO FILHO, Bolívar. Escalas da urbanização brasileira. Brasília: Texto para Discussão, n. 2372, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2018. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/177588/1/td_2372.pdf> . Acesso em 14 de outubro de 2021.

PALHETA DA SILVA, João Márcio. Território e Mineração em Carajá. 1. Ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

PARAUPEBAS, Prefeitura de. Leis Municipais. Parauapebas. Disponível em: <<http://www.parauapebas.pa.gov.br/>> . Acesso em 28 de junho de 2017.

PARAUPEBAS, Secretaria Municipal de Habitação. Parauapebas: Prefeitura de Parauapebas, 2021. Disponível em <<https://parauapebas.pa.gov.br/habitacao.html>>. Acesso em 14 de outubro de 2021.

PENNA, Nelba Azevedo; FERREIRA, Ignez Barbosa. Desigualdades Socioespaciais e áreas de vulnerabilidades nas cidades. Fortaleza: Mercator, p. 27, 2014.

PLHIS, Plano Local de Habitação de Interesse Social de Parauapebas – PLHIS. Parauapebas: Prefeitura Municipal de Parauapebas, 2013.

PMSB, Plano Municipal de Saneamento Básico de Parauapebas. Contexto histórico. Parauapebas: Prefeitura Municipal de Parauapebas, 2018. Disponível em: <<https://parauapebas.pa.gov.br/images/2018/PMSB-DE-PARAUPEBAS---TOMO-1--CARACTERIZAO.pdf>>. Acesso em: 14 de outubro de 2021.

ROCHA, Altemar Amaral. A produção do espaço, segregação residencial e desigualdades sociais na morfologia urbana das cidades brasileiras. Salvador: Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia, UESB, 2011.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, José; OLIVEIRA NETO, Adolfo. O rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará. Revista NERA, ano 21, n. 42, p.256-280, Dossiê, 2018.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. Marabá: centralidade urbana de uma cidade média paraense. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2010. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas: análise de Santarém e Marabá, Pará. 2015. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Presidente Prudente, 2015.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton, Técnica, espaço, tempo: Globalização e Meio Técnico–Científico–Informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 6ª edição, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e urbanização. São Paulo: Contexto. 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O chão em pedaços. Presidente Prudente: (s.n) 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O estudo das cidades médias brasileiras: Uma proposta metodológica. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. Barcelona: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona. Vol. XI, n. 245 (11), 2007. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24511.htm>>. Acesso em: 2 de outubro de 2021.

SOUSA, André Santos de. EID, Farid. Migração de trabalhadores nordestinos a Parauapebas. Manaus: Revista Geonorte, Edição especial 3, V.7, N.1, p.1582-1599, 2013.

SNIS. Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento. Série histórica: Água e esgotos. 2021. Disponível em: < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

SIMINERAL. Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará. Mineração no Pará, Brasil e Mundo. Belém: Portal SIMINERAL. 2021. Disponível em: <<https://simineral.org.br/mineracao/mineracao-para>>. Acesso em: 11 de outubro de 2021.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. Presidente Prudente: Revista cidades, volume 12, n. 21, 2015.

VILA NOVA, Sebastião. Desigualdade, Classe e Sociedade - Uma Introdução aos Princípios e Problemas da Estratificação Social. São Paulo: Editora Atlas. 1982.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. Estudos Avançados vol. 25 no.71. São Paulo: Scielo Brasil. 2011, p. 58.



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0